



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão o registro de preços para futura e eventual Contratação de serviços para pavimentação asfáltica, sinalização horizontal, manutenção e recuperação de vias, em diversos pontos a ser realizados no Município de Bocaiuva/MG, com fornecimento de material, mão de obra e maquinário, nos termos da planilha orçamentaria, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021.

3 - DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

3.1 Considerando as características do(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s), o objeto desta contratação foi caracterizado como serviço(s) comum(ns), conforme Estudo Técnico Preliminar, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato

3.2 A aquisição por Registro de Preeços se deve em razão de não se ter previamente a quantidade exata a ser contratada durante a vigência da Ata, ou seja, trata-se de quantidade meramente estimada para utilização, cuja efetiva contratação se dará mediante necessidade do Município.

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 VARREDURA DA SUPERFÍCIE PARA EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO



Este serviço consiste na varredura e limpeza da superfície a ser trabalhada, a limpeza/varredura deverá ser feita com vassourões manuais ou vassoura mecânica específica e de modo que remova completamente toda terra, poeira e outros materiais estranhos.

1.2 RESAGEM CONTÍNUA DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO - ESPESSURA ATÉ 4,0 CM (EXECUÇÃO, INCLUÍDO A CARGA DO MATERIAL DO MATERIAL FRESADO, EXCLUI O TRANSPORTE DO MATERIAL FRESADO).

Deve ser executada através de fresagem mecânica do pavimento, respeitando a espessura indicada no projeto e a área demarcada previamente. Durante a realização dos serviços de fresagem, deve-se implantar a sinalização adequada para a segurança dos usuários. O material da fresagem será destinado a reciclagem, no entanto, deve ser retirado o excesso de sujeira e resíduos da superfície do pavimento.

1.3 TRANSPORTE DE MATERIAL FRESADO ATÉ O DEPÓSITO COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 12 M3 EM PISO PAVIMENTADO.

O serviço consiste no carregamento e transporte do material resultante da fresagem que deverá ser transportado para a USINA DE PMF do município de Bocaiuva.

1.4 ENSAIOS DE LABORATÓRIO – CBR MOLDADO.

Para realização do ensaio CBR é necessário retirar uma amostra do solo a ser analisado, para isso a extração da amostra do solo deve ser realizada no ponto exato que se deseja conhecer as propriedades do solo. As amostras devem ser cuidadosamente tratadas, preservando suas características principais, sem receber interferências externas como alteração significativa de temperatura e umidade.

1.5 DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO, COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO.

A remoção consistirá em: afrouxamento, remoção, carga, transporte, descarga e depósito ou bota-fora em local escolhido pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO. Esta operação deverá ser executada de modo a evitar danos à canalização, bocas-de-lobo, poços-de-visita, passeios, e outros equipamentos e/ou elementos de propriedade pública ou privada, sendo da CONTRATADA a única responsabilidade sobre qualquer dano que venha a ocorrer. O material retirado, sempre que possível, deverá ser removido imediatamente da área de serviço; quando não for possível, deverá ser acondicionado de maneira que não impeça o bom andamento dos trabalhos bem como o tráfego de pedestres e veículos e não ofereça qualquer tipo de risco.

1.6 LOCAÇÃO TOPOGRÁFICA ACIMA DE CINQUENTA (50) PONTOS REFERENCIAIS, INCLUSIVE ESTACA (PIQUETE) DE MARCAÇÃO.

Será feita a locação da obra, com uso de equipamentos de topografia, gerando



nota de serviços, obedecendo a declividade do trecho, avaliando as normas, definindo a caixa do trecho e localizando o meio-fio, as sarjetas, de acordo com a NBR 13.133. Será de responsabilidade da CONTRATADA a verificação da referência de nível – RN - e alinhamento geral da obra, de acordo com os projetos fornecidos, devendo a SUPERVISÃO ser imediatamente avisada a respeito das divergências porventura encontradas. A CONTRATADA manterá, em perfeitas condições, as referências de nível e alinhamentos, permitindo a reconstituição ou aferição da locação em qualquer tempo durante o período de execução da obra.

1.7 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS.

Será instalada placa de obra em chapa de aço galvanizado com estrutura de madeira com dimensões de 1,50m x 3,00 m, executada conforme modelo padrão e dados de obra fornecidos pelo município.

1.8 MICRORREVESTIMENTO A FRIO COM EMULSÃO MODIFICADA COM POLIMERO DE 1,5 CM- FAIXA III – BRITA COMERCIAL.

O microrrevestimento a frio com emulsão modificada com polímero consiste na aplicação de uma camada de aproximadamente 1,5 cm de espessura de mistura asfáltica produzida a frio, composta por emulsão asfáltica modificada com polímero, agregado mineral (brita comercial – Faixa III), filler e aditivos. O processo é executado por meio de equipamento específico (microrrevestidora), que promove a homogeneização dos componentes e aplicação contínua sobre a superfície da pista. Essa técnica visa restaurar as condições superficiais do pavimento, melhorando a aderência, impermeabilização e regularização da via.

1.9 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020.

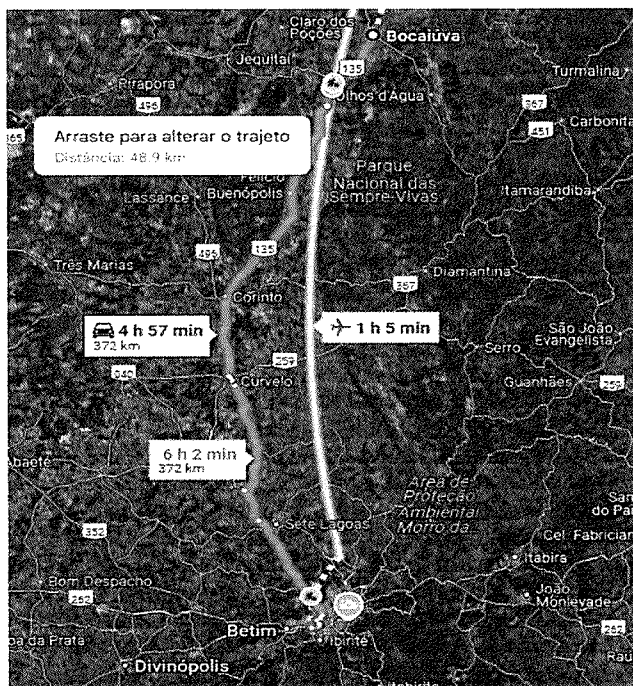
Consiste no transporte do material betuminoso (CMC-P) da refinaria até a obra com distância total de 372km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação. Deve trazer também indicação clara da sua procedência.

1.10 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020.

Consiste no transporte do material betuminoso (CMC-P) da refinaria até a obra com distância total de 372km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação.



Deve trazer também indicação clara da sua procedência.



2 MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

2.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024.

Consiste na regularização do terreno, e compactação para a execução de base. Será feita a conformação do perfil longitudinal e transversal definidas em projetos, com revolvimento do material existente na espessura de até 15cm. Deverá ser descartado todo o material inservível, assim como, material vegetal (tocos, etc.). Simultaneamente deverá ser feita a compactação do solo e sua imediata definição de nivelamentos conformando os perfis definidos pela topografia, além das distâncias e larguras necessárias. Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, este deverá ser proveniente de ocorrências indicadas no projeto, devendo satisfazer as seguintes exigências:

- ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm;
- ter expansão inferior a 2%.

Equipamentos:

Para a execução da regularização, poderão ser utilizados os seguintes equipamentos:

- moto niveladora pesada, com escarificador;
- caminhão basculante;



- carro-pipa distribuidor de água;
- rolos compactadores dos tipos pé de carneiro, liso vibratório e pneumático, rebocados ou autopropulsões;
- grade de discos;
- pulvi-misturador.

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de conformidade com o tipo de material na regularização.

2.2 EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CAMADA FINAL DE ATERRO (100% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, EM CAMADAS COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024.

Consiste na compactação da camada final do aterro com solo argiloso, em camadas de até 15 cm, utilizando rolos ou equipamentos equivalentes que garantam 100% da energia do Proctor Normal. O serviço será medido em metros cúbicos (m³), excluindo escavação, carga, transporte e fornecimento de solo, conforme especificações de projeto e planilha orçamentária.

2.3 CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2004

Consiste na execução de base para pavimentação com brita graduada simples (BGS), com espessura de 15 cm, incluindo espalhamento, nivelamento, umedecimento e compactação do material, conforme os perfis longitudinal e transversal estabelecidos em projeto. O serviço será medido em metros cúbicos (m³).

2.4 SEIXO OU CASCALHO ROLADO (TIPO: FINO) (REFORÇO SUBLEITO)

Consiste no fornecimento, lançamento e espalhamento de seixo ou cascalho rolado do tipo fino, para utilização em camadas de reforço, conforme especificações de projeto. O material deverá ser isento de impurezas, com granulometria adequada e diâmetro compatível com a aplicação prevista. O serviço será medido em metros cúbicos (m³), atendendo às exigências da planilha orçamentária e diretrizes técnicas estabelecidas.

2.5 ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020

A escavação horizontal será para retirar o material da jazida de melhor qualidade a ser colocado na via.



Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplanagem indicado no projeto. A definição da área do “bota-fora” para este tipo de material e quaisquer ônus financeiros fica por conta da CONTRATANTE. Os serviços de escavação serão levantados pelo volume, em metros cúbicos (m3).

O levantamento deverá ser separado, observando-se o método de escavação a ser definido pela SUPERVISÃO e conforme especificações de projeto e planilha orçamentaria, juntamente com a ordem de serviços.

2.6 EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLOS DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO) - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/20

Execução e compactação da base de solo estabilizado granulo metricamente (cascalho) com espessura definida em projeto, exclusive escavação, carga e transporte. A mistura de agregados para a base deve apresentar-se uniforme quando distribuída no leito da estrada e a camada deverá ser espalhada de forma única. O espalhamento e homogeneização da camada deverá ser realizado com trator de rodas com grade e trator de esteira. Após o espalhamento, o agregado umedecido deverá ser compactado com equipamento apropriado. A fim de facilitar a compressão e assegurar um grau de compactação uniforme, a camada deverá apresentar um teor de umidade constante e dentro da faixa especificada no projeto.

2.7 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (JAZIDA).

O transporte do material deverá ser realizado por caminhões basculantes com capacidade máxima de carga de 10m³, o item contempla o transporte em vias urbanas. Este serviço será medido e pago por (m3xkm), sendo o volume equivalente aquele das escavações e cargas e a distância medida de acordo com o trajeto aprovado pela FISCALIZAÇÃO. O local da jazida será fornecido pelo município.

3 PAVIMENTO DE CONCRETO ASFALTICO - CBUQ

3.1 IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)

Consiste no fornecimento e execução da imprimação (CM-30), conforme a descrição. Esta etapa deverá ser feita após a passagem rápida do caminhão pipa espalhando água sobre a superfície da base obtendo com isto melhor abertura dos poros do material de base e assim facilitando a penetração do material betuminoso. Ou seja, com a posterior aplicação do material betuminoso (CM-30) virá permitir o aumento da coesão entre as partículas da base conseguindo assim, num prazo curto



(no máximo 24 horas), a perfeita impermeabilização da superfície da base além de propiciar um bom aproveitamento quando da aplicação do material betuminoso para o banho de ligação.

O material betuminoso a ser utilizado deverá ser o asfalto diluído de cura média (CM 30). A taxa de aplicação deverá ser de aproximadamente 1,2 lts/m², usando um caminhão tanque espargidor devidamente adequado. É necessário que toda a pista a ser imprimada esteja devidamente limpa (varrida).

Equipamentos: Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço. Para a varredura da superfície da base usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo, entretanto, ser manual esta operação, e jato de ar comprimido poderá, também, ser usado. A distribuição do impermeabilizante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme. As barras de distribuição devem ser de tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante. Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

3.2 PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)

Este serviço será executado com aplicação de material betuminoso (ligante asfáltico) sobre a superfície de base já imprimada. Tem como objetivo a aderência entre a base imprimada e a capa asfáltica (C.B.U.Q) que será aplicada. O material utilizado poderá ser a emulsão asfáltica RR-1C ou RR-2C, com taxa de aplicação de 1,0lt/m² e deverá ser lançado através de caminhão com barra espargidora ou com caneta acoplada a um tanque rebocado por um trator agrícola. Observa-se que não pode existir o “empoçamento” do material, ou seja, uma película muito alta da emulsão, o que prejudicaria a adesão da capa (material asfáltico propriamente dito) e nem falhas de aplicação.

Equipamentos: Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço. Para a varredura da superfície a receber a pintura de ligação, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo, entretanto, ser manual esta operação, e jato de ar comprimido poderá, também, ser usado. A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme. As barras de distribuição devem ser de tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento

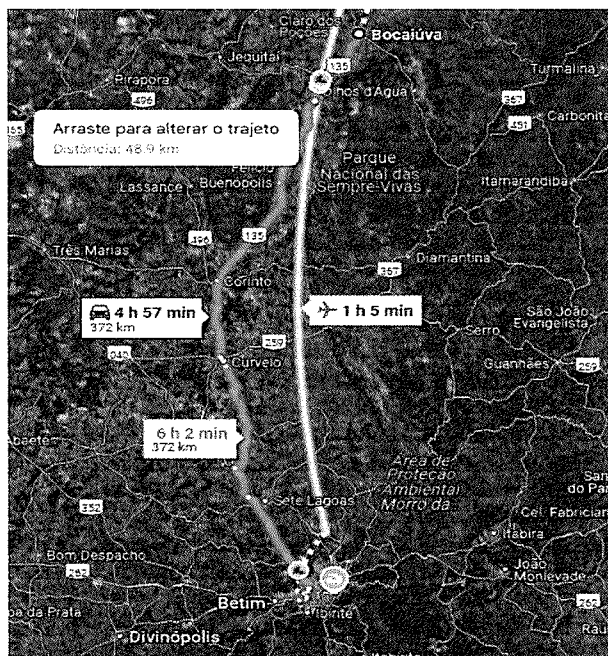


da ligante fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal, que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

3.3 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Consiste no transporte do material betuminoso para a pintura de ligação da refinaria até a obra com distância total de 377km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação. Deve trazer também indicação clara da sua procedência.



3.4 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Consiste no transporte do material betuminoso para a pintura de ligação da refinaria até a obra com distância total de 377km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação. Deve trazer também indicação clara da sua procedência.

3.5 EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A



QUENTE (CBUQ),
MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS
AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA
MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA.

Aplicação de camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente tipo CBUQ, com espessura variável, conforme projeto. O revestimento em concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura íntima, devidamente dosada e usinada a quente, constituído de agregado mineral graduado e material betuminoso (CAP50/70), esparramado e comprimido a quente, que deverá ser compactado e regularizado, empregado exclusivamente como superfície de rolamento. A mistura betuminosa, somente poderá ser esparramada, depois de a base ter sido aceita pela Fiscalização. A mistura betuminosa deverá ser esparramada por acabadora, de forma tal que permita, posteriormente, a obtenção de uma camada na espessura indicada pelo Projeto. As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura, até que a mesma adquira densidade igual estabelecida por norma.

Nota: Caberá à empresa vencedora da licitação os ensaios que comprovem a composição requerida do CBUQ e submetê-los à apreciação da Fiscalização da Prefeitura Municipal.

3.6 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020.

Consiste no transporte do CBUQ da usina até a obra. O CBUQ produzido deve ser transportado da usina ao ponto de aplicação nos veículos basculantes. Os caminhões tipo basculante para o transporte do CBUQ deve ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. O local de aquisição do CBUQ será de terceiros, foi considerado a usina mais próximo com uma distância total até o local da obra de 56,20km.

3.7 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL DE EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Consiste no transporte do CBUQ da usina até a obra. O CBUQ produzido deve ser transportado da usina ao ponto de aplicação nos veículos basculantes. Os caminhões tipo basculante para o transporte do CBUQ deve ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. O local de aquisição do CBUQ será de terceiros, foi considerado a usina mais próximo com uma distância total até o local da obra de 56,20km.



4 PAVIMENTO PRÉ MISTURADO A FRIO - PMF.

4.1 IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO).

Consiste no fornecimento e execução da imprimação (CM-30), conforme a descrição. Esta etapa deverá ser feita após a passagem rápida do caminhão pipa espargindo água sobre a superfície da base obtendo com isto melhor abertura dos poros do material de base e assim facilitando a penetração do material betuminoso. Ou seja, com a posterior aplicação do material betuminoso (CM-30) virá permitir o aumento da coesão entre as partículas da base conseguindo assim, num prazo curto (no máximo 24 horas), a perfeita impermeabilização da superfície da base além de propiciar um bom aproveitamento quando da aplicação do material betuminoso para o banho de ligação.

O material betuminoso a ser utilizado deverá ser o asfalto diluído de cura média (CM 30). A taxa de aplicação deverá ser de aproximadamente 1,2 lts/m², usando um caminhão tanque espargidor devidamente adequado. É necessário que toda a pista a ser imprimada esteja devidamente limpa (varrida).

Equipamentos: Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço. Para a varredura da superfície da base usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo, entretanto, ser manual esta operação, e jato de ar comprimido poderá, também, ser usado. A distribuição do impermeabilizante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme. As barras de distribuição devem ser de tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante. Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

4.2 PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO).

Este serviço será executado com aplicação de material betuminoso (ligante asfáltico) sobre a superfície de base já imprimada. Tem como objetivo a aderência entre a base imprimada e a capa asfáltica (PMF) que será aplicada. O material utilizado poderá ser a emulsão asfáltica RR-1C ou RR-2C, com taxa de aplicação de 1,0lt/m² e deverá ser lançado através de caminhão com barra espargidora ou com caneta acoplada a um tanque rebocado por um trator agrícola. Observa-se que não pode existir o "empoçamento" do material, ou seja, uma película muito alta da emulsão, o que prejudicaria a adesão da capa (material asfáltico propriamente dito) e nem falhas de aplicação.

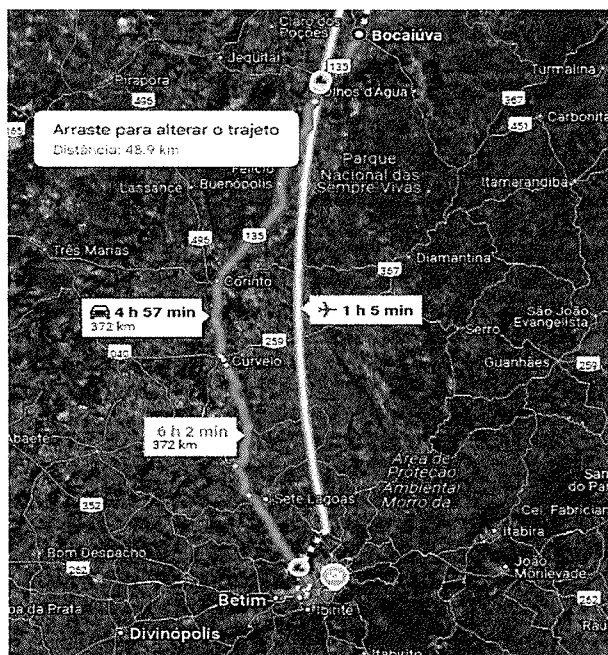


Equipamentos: Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço. Para a varredura da superfície a receber a pintura de ligação, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo, entretanto, ser manual esta operação, e jato de ar comprimido poderá, também, ser usado. A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme. As barras de distribuição devem ser de tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento da ligante fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal, que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

4.3 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Consiste no transporte do material betuminoso para a pintura de ligação da refinaria até a obra com distância total de 377km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação. Deve trazer também indicação clara da sua procedência.



4.4 TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE



MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Consiste no transporte do material betuminoso para a pintura de ligação da refinaria até a obra com distância total de 377km. O transporte do material será feito através de caminhão tanque, o carregamento de asfalto diluído que chegar à obra deve apresentar por parte do fabricante ou distribuidor o certificado de resultados de análise dos ensaios de caracterização exigidos pela especificação, correspondente à data de fabricação. Deve trazer também indicação clara da sua procedência.

4.5 EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO PREMISTURADO À FRIO (PMF), INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, INCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA.

A execução e aplicação de Concreto Asfáltico Premisturado a Frio (PMF) consiste na mistura de agregados (brita, pó de pedra e areia), devidamente limpos e com granulometria controlada, com ligante betuminoso apropriado (como emulsão asfáltica ou CAP diluído), conforme projeto técnico. A mistura é produzida a frio, em usina apropriada, garantindo homogeneidade e dosagem correta. O processo se inicia com a limpeza rigorosa da superfície da base ou asfalto existente, utilizando vassouras manuais, mecânicas ou jatos de ar, garantindo que a área esteja livre de poeira, detritos soltos e umidade excessiva. Em seguida, aplica-se uma pintura de ligação com emulsão asfáltica, geralmente do tipo RR-1C, com a ajuda de um caminhão espargidor para assegurar a aderência entre a base e a nova camada asfáltica. O espalhamento deve ser feito com equipamento mecânico, com espessura uniforme variando conforme projeto. A compactação é realizada imediatamente após a aplicação, utilizando rolos apropriados (pneumáticos ou tandem), até que se atinja a densidade exigida. O acabamento deve garantir superfície regular, sem segregações, sendo a liberação ao tráfego autorizada após a cura da massa, respeitando um período mínimo de 4 a 24 horas, dependendo das condições climáticas. Todo o processo deve atender às normas técnicas vigentes, especialmente as diretrizes do DNIT.

5 DRENAGEM

5.1 ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024

O meio fio deverá ter dimensão de (100 x 15 x 13 x 30) metro ou similar e será pré moldado em concreto. Deverá ser aplicado antes da execução da sarjeta e após a execução da capa asfáltica. Deverá ser assentado obedecendo demarcação topográfica definindo assim as larguras de passeios e de ruas. A altura do “espelho” deverá ser de 15 a 18cm.

Especificações técnicas: O concreto deve ser constituído de cimento Portland,



agregados e água, com resistência mínima de 18 MPa. O cimento deve ser de alta resistência inicial, devendo satisfazer, respectivamente, a NBR 5732/80 e NBR 5733/80. Os agregados devem satisfazer a NBR 7211/83. A água deve ser límpida, isenta de teores prejudiciais de sais, óleos, ácidos, álcalis e Substâncias orgânicas. As peças pré-moldadas de concreto devem ter as dimensões e formas estabelecidas nos desenhos e produzidas com usos de formas metálicas ou similar, de modo a apresentarem bom acabamento. Em qualquer situação o meio-fio deverá ser escorado por solo compactado e revestido ou não por passeio concretado, nas dimensões indicadas no desenho.

Execução: Apiloar o fundo da cava de assentamento. Examinar se a forma e dimensões das peças fornecidas atendem as especificações da norma. As faces externas do meio-fio (topo e espelho) devem estar isentas de pequenas cavidades e bolhas.

Evitar, no transporte dentro da obra e no manuseio das peças, a danificação dos bordos, por Pancadas e entrechoques.

Peças acidentalmente trincadas não podem ser empregadas na execução dos serviços.

Não utilizar pedras ou pedaços de alvenaria, sob a base da peça para ajustar o assentamento, por causar esforços concentrados e consequente recalque, desalinhamento e retrabalho no serviço em execução.

Observar alinhamento transversal e longitudinal da execução.

Concordar possíveis mudanças de direção na locação, em curvatura, evitando-se quinas e saliências.

Empregar nas curvaturas de raio mínimo, peças de comprimento metade do padrão, para melhor concordância e simetria. Reforçar as curvaturas de raios mínimos, em canteiros centrais de vias, assentando as peças em colchão de concreto e nas juntas do lado interno do meio-fio, com a mesma resistência. Não empregar pedaços de tijolos embutidos na junção do meio-fio com a cantoneira de boca de lobo.

Em casos de reassentamento de meio-fio de pedra, proceder o alinhamento pela face de topo, desprezando as irregularidades da face espelho. Empregar areia fina, na argamassa para rejuntamento do meio-fio assentado. Limpar o espelho do meio-fio de eventuais rescaldos de concreto advindos da execução da sarjeta.

5.2 EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024

As sarjetas serão executadas após a aplicação da massa asfáltica e do assentamento dos meios-fios. Serão moldadas "in loco" em concreto com dimensões de 30 cm de base por 10 cm de altura.

A drenagem direciona para jusante a partir da confluência ou podendo também ser direcionada para as galerias de água pluvial.



O serviço inclui preparo do subleito, armação (quando prevista), formas, lançamento, adensamento e acabamento do concreto, conforme especificações de projeto.

6 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

6.1 PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021

O serviço consiste na aplicação manual de pintura retrorrefletiva sobre o pavimento, utilizando tinta à base de resina acrílica, com incorporação de microesferas de vidro para garantir visibilidade noturna. A execução inicia-se com a limpeza adequada da superfície, removendo sujeiras, poeira, graxa ou umidade. Em seguida, realiza-se a marcação da área conforme o projeto, com faixas de 40 cm de largura, utilizando moldes ou gabaritos para garantir alinhamento e padronização. A tinta é aplicada manualmente com rolos ou pistola, respeitando a espessura e o rendimento especificado pelo fabricante. Imediatamente após a pintura, as microesferas de vidro são lançadas sobre a tinta ainda úmida para garantir o efeito retrorrefletivo.

A faixa é deixada em secagem até a cura completa antes da liberação ao tráfego, passando por inspeção final para verificação de uniformidade, aderência e refletividade.

6.2 PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021

O serviço consiste na execução de pintura viária sobre pavimento asfáltico com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica, com aplicação de microesferas de vidro, utilizando equipamento demarcador autopropelido. A aplicação pode contemplar diferentes tipos de linha, conforme projeto e normas vigentes, tais como:

LFO – Linha de divisão de fluxos opostos;

LMS – Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido;

LBO – Linha de bordo.

Antes da aplicação, a superfície deve ser limpa e seca, livre de materiais soltos, graxa ou umidade. As linhas devem ser traçadas conforme o projeto executivo, respeitando os padrões de largura, espaçamento e geometria definidos pelo Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV, aprovado pela Resolução CONTRAN nº 236/2007 (ou norma mais atualizada). A aplicação da tinta é realizada com controle de espessura, e as microesferas de vidro são lançadas automaticamente sobre a tinta fresca, garantindo retrorrefletividade.

Após a secagem/cura da tinta, o trecho é liberado ao tráfego. Realiza-se inspeção técnica final para verificar visibilidade (diurna e noturna), alinhamento,



espessura, aderência e acabamento da sinalização.

6.3 TACHA REFLETIVA EM RESINA SINTÉTICA - BIDIRECIONAL TIPO I - COM UM PINO - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.

O serviço consiste no fornecimento e colocação de tachas refletivas bidirecionais tipo I, fabricadas em resina sintética, com um pino de fixação. Essas tachas são utilizadas para sinalização horizontal em vias públicas, proporcionando alta visibilidade noturna e melhor orientação aos condutores.

A instalação das tachas deve ser realizada em pontos estratégicos da via, conforme o projeto de sinalização, garantindo que a fixação seja segura e adequada. As tachas devem ser posicionadas em locais pré-definidos, respeitando a distância entre elas, conforme as normas do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ou especificações do projeto.

Características técnicas das tachas:

Material: Resina sintética de alta resistência e durabilidade.

Tipo: Bidirecional (visível de ambos os sentidos de tráfego).

Reflexão: Com propriedades retrorreflexivas, garantindo visibilidade durante a noite ou em condições de pouca luz.

Fixação: Cada tacha possui um pino para fixação ao pavimento, garantindo maior estabilidade.

Cor: A cor das tachas deve ser branca ou amarela, conforme a sinalização da via e as normas de segurança viária.

A colocação das tachas deve ser feita com a devida preparação da superfície, que deve estar limpa, seca e livre de detritos. O processo de fixação é realizado com a utilização de adesivo ou massa específica para garantir a aderência das tachas ao pavimento. As tachas devem ser instaladas de forma uniforme, garantindo sua correta visibilidade e funcionamento.

Após a instalação, será realizada inspeção para verificar a posição, a aderência e a visibilidade das tachas, assegurando que todas estejam corretamente fixadas e funcionais.

6.4 TACHA REFLETIVA EM RESINA SINTÉTICA – MONODIRECIONAL TIPO I – COM PINO- FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.

O serviço consiste no fornecimento e colocação de tachas refletivas monodirecional tipo I, fabricadas em resina sintética, com um pino de fixação. Essas tachas são utilizadas para sinalização horizontal em vias públicas, proporcionando alta visibilidade noturna e melhor orientação aos condutores.

A instalação das tachas deve ser realizada em pontos estratégicos da via, conforme o projeto de sinalização, garantindo que a fixação seja segura e adequada.



As tachas devem ser posicionadas em locais pré-definidos, respeitando a distância entre elas, conforme as normas do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ou especificações do projeto.

Características técnicas das tachas:

Material: Resina sintética de alta resistência e durabilidade.

Tipo: Monodirecional (visível em um único sentido de tráfego).

Reflexão: Com propriedades retrorreflexivas, garantindo visibilidade durante a noite ou em condições de pouca luz.

Fixação: Cada tacha possui um pino para fixação ao pavimento, garantindo maior estabilidade.

Cor: A cor das tachas deve ser branca ou amarela, conforme a sinalização da via e as normas de segurança viária.

A colocação das tachas deve ser feita com a devida preparação da superfície, que deve estar limpa, seca e livre de detritos. O processo de fixação é realizado com a utilização de adesivo ou massa específica para garantir a aderência das tachas ao pavimento. As tachas devem ser instaladas de forma uniforme, garantindo sua correta visibilidade e funcionamento.

Após a instalação, será realizada inspeção para verificar a posição, a aderência e a visibilidade das tachas, assegurando que todas estejam corretamente fixadas e funcionais.

6.5 TACHÃO REFLETIVO EM RESINA SINTÉTICA - BIDIRECIONAL - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO.

O serviço consiste no fornecimento e colocação de tachões refletivos bidirecionais, fabricadas em resina sintética, com um pino de fixação. Essas tachas são utilizadas para sinalização horizontal em vias públicas, proporcionando alta visibilidade noturna e melhor orientação aos condutores.

A instalação das tachas deve ser realizada em pontos estratégicos da via, conforme o projeto de sinalização, garantindo que a fixação seja segura e adequada. As tachas devem ser posicionadas em locais pré-definidos, respeitando a distância entre elas, conforme as normas do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ou especificações do projeto.

Características técnicas das tachas:

Material: Resina sintética de alta resistência e durabilidade.

Tipo: Bidirecional (visível de ambos os sentidos de tráfego).

Reflexão: Com propriedades retrorreflexivas, garantindo visibilidade durante a noite ou em condições de pouca luz.



Fixação: Cada tacha possui um pino para fixação ao pavimento, garantindo maior estabilidade.

Cor: A cor das tachas deve ser branca ou amarela, conforme a sinalização da via e as normas de segurança viária.

A colocação das tachas deve ser feita com a devida preparação da superfície, que deve estar limpa, seca e livre de detritos. O processo de fixação é realizado com a utilização de adesivo ou massa específica para garantir a aderência das tachas ao pavimento. As tachas devem ser instaladas de forma uniforme, garantindo sua correta visibilidade e funcionamento.

Após a instalação, será realizada inspeção para verificar a posição, a aderência e a visibilidade das tachas, assegurando que todas estejam corretamente fixadas e funcionais.

5- PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de até 12 meses, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme art. 84 Lei nº 14.133/2021.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

5.3 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual,

6- DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7- DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII,



ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratada deverá entregar o objeto conforme especificações deste termo de referência, seus anexos e de sua proposta, caso persistindo dúvida quanto ao objeto, a licitante deverá entrar em contato com o fiscal da ata para os esclarecimentos de suas dúvidas, de forma que a prestação dos serviços seja executada de acordo com sua natureza prevista no Termo de Referência, e ainda:

- a) executar todas as tarefas com perfeição e acuidade, tomando como base o Memorial Descritivo (item 4), Planilha Orçamentária e Projetos Técnicos, anexos ao processo de contratação, atendendo a legislação e normas técnicas aplicáveis e vigentes.
- b) fornecer material de boa qualidade, que deverá ser aprovado pelo responsável pela fiscalização, apresentando-se de forma íntegra, sem qualquer irregularidade que possa colocar em risco a qualidade dos serviços realizados.
- c) fornecer de mão de obra especializada (operador de máquinas, serventes, etc.), bem como de ferramentas apropriadas, equipamentos e veículos necessários ao cumprimento do objeto.
- d) realizar os serviços de mobilização de mão de obra, montagem do canteiro de obras e desmobilização de mão de obra e equipamentos sob sua responsabilidade.
- d) tomar todas as providências necessárias para prevenir possíveis acidentes que possam ocorrer, por falta ou deficiência de sinalização, e/ou proteção dos serviços, e deverá seguir todas as exigências e determinações estipuladas pelas normas técnicas vigentes.
- e) sinalizar a obra obedecendo às normas e procedimentos existentes no CTB – Código de Trânsito Brasileiro.
- f) realizar a limpeza das áreas afetadas pelos serviços, removendo-se todos os



detritos originados, que deverão ser levados a bota-fora licenciado.

g) manter um encarregado responsável pelo recebimento das ordens de serviço e contato com o diretor para recebimento do material e do reparo.

h) assumir inteira responsabilidade pela execução, acabamentos, resistência e estabilidade da obra e a executará com materiais de primeira linha e qualidade comprovadas, fornecendo todos os materiais especificados.

i) tomar as precauções necessárias para evitar danos às canalizações, redes e pavimentações de áreas adjacentes, e a segurança dos operários e transeuntes durante a execução, fornecidos os equipamentos mecânicos e ferramentais necessários, providenciando o transporte de materiais e serviços, dentro e fora do canteiro.

j) refazer todo e qualquer serviço que, a critério da fiscalização, estiver em desacordo com as especificações, com a qualidade de execução ou dos materiais empregados, sem ônus para o controle.

k) zelar pela manutenção e pelo uso de equipamentos de prevenção de acidentes dos funcionários, de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho e Equipamentos (EPI's), da segurança de máquinas e equipamentos, e da prevenção de incêndio, com o uso de extintores adequados.

l) manter as obras permanentemente limpas, devendo o entulho ser transportado para caçambas, durante todo o período de execução da obra deverão ser mantidos em perfeitas condições de tráfego os acessos à obra para veículos e pedestres.

m) responsabilizar-se em apresentar solução adequada aos esgotos e resíduos sólidos do canteiro.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 O prazo de execução do(s) serviço(s) começará a fluir a partir do (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Autorização de Fornecimento, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) Prefeitura Municipal de Bocaiuva.

9.1.2 Será emitida ordem de Fornecimento dos serviços no mínimo de R\$



200.000,00.

9.1.3 Local da prestação dos serviços serão definidos pela equipe de planejamento do município limitado.

9.2 DA DEMANDA

O efetivo emprego dos serviços respeitará obrigatoriamente os seguintes procedimentos:

- a) Após identificação das demandas, o corpo técnico da Prefeitura irá elaborar os projetos necessários, de forma a identificar e quantificar os serviços de forma correta;
- b) Posteriormente, de posse dos projetos e quantidades dimensionadas, será solicitado ao setor de Compras a emissão da Ordem de Serviço à Contratada, contendo a identificação das ruas a serem intervencionadas, os serviços a serem realizados e seus respectivos quantitativos;
- c) Não será permitido sob hipótese alguma a execução de quaisquer serviços referenciados neste termo sem o devido projeto e a respectiva Ordem de Serviço fornecidos pela Prefeitura Municipal de Bocaiuva;
- d) Os resíduos oriundos dos serviços deverão ser recolhidos e retirados imediatamente, não podendo permanecer no local após a completa execução do serviço.

9.3 HORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá se fazer nos dias de semana e finais de semana (segunda a domingo), devendo a CONTRATADA ter expediente para atender as necessidades da CONTRATANTE, visto que as obras são usualmente localizadas em áreas de passagem pública, pelo que deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) sua continuidade;
- b) a segurança dos transeuntes e veículos de modo a minimizar as interferências, aplicando os serviços em horários com menor circulação dos mesmos;
- c) as sinalizações e manejo do tráfego de modo a preservar a integridade tanto do público em geral, como do trânsito, operários e equipamentos utilizados;
- d) obediência às legislações que se fizerem aplicáveis.





10- MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 10.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2 O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 10.3 O fiscal poderá solicitar, a qualquer tempo, com fundamento em critérios objetivos, a substituição do profissional indicado pela CONTRATADA, caso não esteja desempenhando ou correspondendo nas funções determinadas.
- 10.4 O fiscal poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 10.5 O Gestor e o Fiscal da ata, e seus suplentes, serão designados em Portaria pela autoridade competente após a fase externa da licitação, no momento da elaboração e assinatura contratual.
- 10.6 Estão previamente indicados como Gestor da ata de registro de preço, o Secretário Responsável pela Pasta, e como Suplente, o seu eventual substituto.
- 10.7 Está previamente indicado como Fiscal da ata, o servidor José Paulo Alves Carvalho.

11- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 11.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 11.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 11.1.2 Não produzir os resultados acordados;



11.1.3 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.1.4 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12- DO RECEBIMENTO

12.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

12.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3 O fiscal da ata realizará o recebimento provisório do serviço mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.4 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.6 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.8 Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,



indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos documentações apresentadas, quando for o caso;

12.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução dos serviços.

12.14 O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.

13- LIQUIDAÇÃO

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser entregues, juntamente com a ordem de fornecimento, o setor de compras da prefeitura municipal de Bocaiuva, situada na Rua Mariana de Queiroga, 141, centro.

13.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;





- b) a data da emissão;
- c) os dados do processo licitatório e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do serviço;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.6 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14- PRAZO DE PAGAMENTO



14.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

15- FORMA DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16- REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA



(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

17- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO , obrigatório o licitante a participação em todos os itens.

17.2 Modo de disputa

17.2.1 Modo de disputa – Aberto

17.3 Exigências de habilitação

Qualificação Técnica

17.3.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e



das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.3.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.3.3 Registro ou inscrição da empresa, bem como, do (s) responsável (is) técnico (s) na entidade profissional competente, em plena validade.

17.3.4 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

17.3.5 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor (es) da CAT, com vínculo com a licitante na data da apresentação da proposta. A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado desde que acompanhada da anuência deste.

17.3.6 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

17.3.7 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente:

Capacidade operacional (pessoa jurídica): atestado (s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa/consórcio licitante em execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

Capacidade profissional (pessoa física): Certidão de acervo técnico (CAT) do responsável técnico da licitante (devidamente atestado pelo CREA/CAU), que comprove execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

17.3.8 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão



referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas, consideradas de maior relevância técnica e/ou valor significativo, conforme os termos e limites percentuais estabelecidos no §2º do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

- Execução de pavimentação asfáltica de CBUQ com área mínima de 17.500m²;
- Execução de pavimentação asfáltica de PMF com área mínima de 17.500m²;
- Execução de base ou sub-base de BGS com quantitativo de no mínimo 96m³;
- Execução de Fresagem de revestimento Asfáltico com quantitativo mínimo de 525 m³;
- Execução de Microrrevestimento a frio com emulsão modificada com polímero com área mínima de 19.200m²;
- Execução de sinalização viária com extensão mínima de 5.000m

17.3.9 JUSTIFICATIVA para as parcelas de maior relevância técnica indicadas para comprovação da qualificação Técnico-profissional e Técnico-Operacional:

A presente documentação não se refere a uma única obra ou projeto, mas sim a um conjunto de intervenções distintas, distribuídas em diferentes localidades e condições operacionais. A composição orçamentária reflete múltiplas frentes de serviço, cada uma com sua complexidade técnica, requisitos construtivos específicos e exigências operacionais próprias.

Por esse motivo, as exigências de qualificação técnica (tanto profissional quanto operacional) foram definidas com base nos seguintes critérios:

- Parcelas de maior relevância técnica e complexidade de execução;
- Autonomia técnica de cada item, exigindo experiência prática específica para sua execução adequada.

a) Base e sub-base com brita graduada simples

Trata-se de uma camada de base com desempenho superior às soluções convencionais, prevista no projeto como tratamento específico para trechos com patologias estruturais severas, como recalques, trincas profundas, falhas de subleito ou perda de suporte. Por se tratar de um serviço aplicado pontualmente para recuperação estrutural localizada, sua execução demanda técnica apurada, controle rigoroso de compactação, umidade e espessura, além de capacidade de adaptação às condições reais de campo.

b) Fresagem de revestimento asfáltico

Serviço típico de manutenção de pavimento existente, não aplicável a pavimentações novas. Sua execução exige equipamentos especializados, além de equipe com conhecimento técnico e prático. É uma etapa crítica para



garantir a planicidade e a aderência das camadas posteriores; Por isso, exige-se aptidão técnica comprovada.

c) Microrrevestimento a frio com emulsão modificada com polímero

Este serviço, utilizado como solução de restauração superficial, requer equipamentos específicos (usinas móveis), bem como controle preciso de espessura, dosagem, temperatura e umidade. Trata-se de uma técnica sensível, a má execução compromete o desempenho funcional. Assim, é tecnicamente necessário exigir comprovação de experiência prévia na execução desse tipo de serviço.

d) Sinalização viária

Serviço de alta relevância para a segurança viária, cuja execução deve atender às normas do CONTRAN e da ABNT. Exige domínio técnico, planejamento operacional e equipamentos adequados, especialmente em vias com tráfego ativo.

A exigência de comprovação da qualificação técnico-operacional e técnico-profissional para os itens acima está restrita às parcelas de maior relevância técnica. Essa medida visa garantir que a execução esteja sob responsabilidade de profissional habilitado, com experiência prática comprovada em serviços similares. Dessa forma, assegura-se que decisões técnicas críticas sejam tomadas com base em conhecimento prático e vivência em campo. Além disso, considerando que o objeto envolve múltiplas frentes de execução distintas, é indispensável que a empresa contratada tenha capacidade de adaptação e julgamento técnico em diferentes contextos operacionais.

17.3.10 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.3.11 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para



a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

18- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no ANEXO I deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.



19- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Bocaiuva/MG.

19.2 A contratação será atendida pela dotação: **7.1.1.15.451.42.3046.44905100** e fichas **654,655 e 656**.

19.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando se tratar de serviços e fornecimento contínuos será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 Cumprir todas as suas obrigações constantes neste Termo de Referência, bem como nos Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, demais documentos técnicos e anexos, e, ainda:





- a) responsabilizar-se pelos encargos sociais, taxas, encargos ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como qualquer responsabilidade de vínculo empregatício e obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária;
- b) responsabilizar-se pelos materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, EPI's, insumos e transporte necessários à elaboração e impressão dos projetos, bem como encargos decorrentes da aprovação e licenciamento junto aos órgãos próprios para execução dos serviços contratados;
- c) responsabilizar-se por qualquer acidente que venha a ocorrer com os empregados envolvidos na execução dos serviços;
- d) responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, especialmente no que se refere a prejuízos causados por erros quantitativos ou financeiros da planilha orçamentária elaborada pela CONTRATADA;
- e) atender prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;
- f) submeter-se às normas administrativas, operacionais e de segurança da CONTRATANTE;
- g) manter e zelar pelos objetos e equipamentos que eventualmente sejam colocados à sua disposição pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela reposição ou recuperação dos mesmos;
- h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) indicar preposto para representá-la durante a execução dos serviços, se for o caso;
- j) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- k) registrar via e-mail para o funcionário designado pela CONTRATANTE, todos os



impedimentos que possam afetar o cronograma de trabalho;

l) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, sobretudo no que se refere às condições médicas dos servidores públicos municipais;

m) fornecer e assegurar a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual e Equipamentos de Proteção Coletiva necessários à proteção da integridade física dos seus trabalhadores, caso necessário;

n) indicar responsável técnico pelo serviço, com Registro de Responsabilidade Técnica devidamente no registrada no CREA;

o) comprovar o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do MINAS GERAIS (CREA/MG) ou visto deste, no caso de empresas não sediadas no Estado do MG, da empresa licitante e de seu responsável técnico;

p) comprovar o vínculo do profissional indicado como responsável técnico da CONTRATADA, durante toda a execução do serviço;

q) recolher o documento de Responsabilidade Técnica emitido pela entidade de classe competente;

r) indicar outras obrigações referentes ao objeto no caso concreto.

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem



motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

23 DAS PENALIDADES

23.1 A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, entregar o objeto, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município de BOCAIUVA, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

23.2 O Licitante que descumprir injustificadamente as regras do Edital, por sua participação em processo licitatório será penalizado com multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas nos inc. III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

23.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, de acordo com o art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa monetária;
- c) rescisão de contrato;
- d) impedimento do direito de licitar junto ao Município de BOCAIUVA;
- e) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de BOCAIUVA.

23.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas



e orientações dos órgãos de controle.

23.5 Para aplicação das sanções, será observado o disposto no § 2º do art. 156 ao art. 163, da Lei nº 14.133/2021:

23.6 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

23.7 Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total corrigido do contrato, por dia de atraso no fornecimento de materiais e serviços, até o limite de 30 dias.

23.8 Ultrapassado o período de tolerância previsto no subitem 17.7, ter-se-á como inexecutado o contrato, sendo aplicada a multa de 20% sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não adimplida.

23.9 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando ao licitante vencedora ou contratado, se for o caso:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante;
- c) executar o objeto desse certame em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
- f) recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, os serviços ou fornecimento contratados;
- g) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

23.10 A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir, comunicado por escrito pela fiscalização ao gestor do contrato.

23.11 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com o órgão,



entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021;

23.12 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 155 da mesma Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

23.13 As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do § 1º, art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.

23.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021.

23.15 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

23.16 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, após garantida a ampla defesa e o contraditório ao contratado.

23.17 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



24 GARANTIA

- 24.1 O prazo de garantia da obra será de 5 anos, nos termos do Art. 618 de Código Civil.
- 24.2 Durante o período da garantia, o CONTRATADO obriga-se a efetuar, sem ônus para o Município de Bocaiuva, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

25- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 25.1 As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 25.2 Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Bocaiuva, 12 de AGOSTO de 2025.

Antônio Renato L. Santos
Secretário Municipal de Obras,
Infraestrutura e Urbanismo
Bocaiuva/MG

Antônio Renato Leal Santos
Secretário Municipal de Obras Infraestrutura e Urbanismo


José Paulo Alves Carvalho
Diretor de Engenharia